

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO
SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Luana Almeida Ayala
luanadoc19@gmail.com

Universidade Estadual de Mato Grosso Sul – UEMS

Silvia Moreno dos Santos
professorasilviamoreno@gmail.com

Universidade Estadual de Mato Grosso Sul – UEMS

Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo
jake.librasufgd@gmail.com

Universidade Estadual de Mato Grosso Sul – UEMS

EIXO TEMÁTICO: Práticas Pedagógicas Inclusivas e Metodologias Diferenciadas.

RESUMO: O presente trabalho apresenta um relato de experiência sobre as ações desenvolvidas pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), direcionadas a acadêmicos público-alvo da educação especial. O referencial teórico apoia-se na legislação brasileira de inclusão, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão, o Decreto nº 7.611/2011 e a Política Nacional de Educação Especial, que orientam o AEE como serviço complementar e suplementar, com foco na promoção da equidade e na eliminação de barreiras à aprendizagem. Entre as práticas desenvolvidas destacam-se a produção de materiais pedagógicos acessíveis, a utilização de tecnologias assistivas, a mediação em Libras, a organização de cronogramas de estudo, bem como o acompanhamento individualizado, com o objetivo de favorecer a autonomia, a autorregulação e a participação plena dos acadêmicos nas atividades universitárias. Os resultados obtidos evidenciam avanços significativos, principalmente no desenvolvimento da independência dos acadêmicos, na compreensão e adaptação ao currículo e na participação ativa em diferentes disciplinas. Entretanto, persistem desafios relacionados ao envio antecipado de materiais pelos docentes e à sensibilização quanto às questões de acessibilidade, demonstrando a necessidade de estratégias contínuas de conscientização e planejamento colaborativo. Conclui-se que o AEE constitui um espaço estratégico de inclusão no ensino superior, promovendo igualdade de oportunidades, acesso ao currículo e efetiva participação acadêmica, consolidando-se como ferramenta essencial para a formação de profissionais mais autônomos e integrados socialmente.

Palavras-chave: Inclusão; Atendimento Educacional Especializado; Acessibilidade; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

O presente relato de experiência descreve as atividades realizadas na Sala de Recurso, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) disponibilizado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com foco no atendimento dos acadêmicos público-alvo da educação especial. A inclusão de acadêmicos público-alvo da educação especial no ensino superior é um desafio que exige práticas pedagógicas adaptadas, conhecimento sobre acessibilidade e sensibilidade.

A inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD) no ensino superior no Brasil está garantida por um conjunto de leis, decretos e normas que asseguram igualdade de condições de acesso, permanência e conclusão nos cursos. Contudo, ainda enfrenta barreiras para sua devida efetivação, no que se refere ao atendimento pedagógico com qualidade e equidade para garantir a permanência no Curso.

Tendo em vista o trabalho que vem sendo realizado na UEMS por meio da estruturação da Sala de recurso e consequentemente da disponibilização de Atendimento Educacional Especializado este relato de experiência visa registrar e refletir sobre a vivência das acadêmicas e das professoras que realizam o atendimento no âmbito da UEMS unidade de Dourados, destacando as metodologias aplicadas, os resultados obtidos e a importância de práticas inclusivas para a permanência dos acadêmicos público-alvo da educação especial no ensino superior.

METODOLOGIA

Este estudo se trata de um relato de experiência com abordagem qualitativa de caráter descritivo-reflexivo, fundamentado nas vivências pedagógicas das professoras que realizam o Atendimento Educacional Especializado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul na unidade de Dourados.

As atividades foram desenvolvidas no primeiro semestre de 2025 e os dados aqui apresentados foram coletados a partir de observações, vivências, relatórios e Planos Educacionais Individualizados (PEI) dos acadêmicos público-alvo da Educação Especial.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) tem como principais marcos legais o artigo 27 que estabelece que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis e modalidades, garantindo o direito ao aprendizado. E no artigo 28 que estabelece as obrigatoriedades das instituições superiores tais como: Oferecer adaptações razoáveis e recursos de acessibilidade; disponibilizar material didático acessível e garantir acompanhantes ou profissionais de apoio, quando necessário.

SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

Sobre o Atendimento Educacional especializado o decreto nº 7.611/2011 regulamenta a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e define o atendimento educacional especializado como complementar e não substitutivo ao ensino regular.

No mesmo decreto está definido que “[...] as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (Brasil, 2011). O AEE fundamenta-se na Legislação Brasileira, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) e a Política Nacional de Educação Especial. A legislação aponta que a inclusão exige adaptação curricular, recursos pedagógicos diversificados e formação contínua dos docentes. O Atendimento Educacional Especializado é um espaço estratégico para promover o desenvolvimento pleno das habilidades dos Acadêmicos com público-alvo da educação especial, garantindo igualdade de oportunidades e participação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho desenvolvido na Sala de Recursos da UEMS tem possibilitado o atendimento a acadêmicos de diferentes cursos, como Pedagogia, Turismo, Letras, Ciências Biológicas, Enfermagem e Engenharia Ambiental. Essa diversidade exige das professoras do AEE um estudo constante, visto que cada área apresenta objetivos próprios e, conseqüentemente, demandas específicas. Além disso, é necessário considerar as particularidades das deficiências dos estudantes atendidos, sendo a maioria deles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas também há acadêmicos surdos, com baixa visão e cegos. O trabalho pedagógico está em constante adaptação, buscando atender às necessidades individuais de cada acadêmico. Entre as estratégias utilizadas estão a organização de cronogramas de estudo para auxiliar na gestão do tempo e na autorregulação, a adaptação de materiais e textos, o uso de recursos tecnológicos e a produção de materiais pedagógicos acessíveis.

Entre as diferentes demandas, destaca-se o atendimento à acadêmica cega, que tem ocorrido com maior frequência. Para superar as barreiras enfrentadas, os trabalhos acadêmicos como resenhas, resumos de textos e demais produções têm sido organizados em formato de áudio. Alguns professores, comprometidos com uma prática inclusiva, também têm adotado essa estratégia, enviando por áudio os temas, orientações e a organização das atividades. Esse recurso tem possibilitado que a acadêmica realize suas tarefas de forma mais autônoma, uma vez que não domina o sistema Braille. Ressalta-se que a presença de um profissional atuando como escriba não eliminaria a barreira da leitura, pois exigiria que a acadêmica dependesse constantemente de alguém

SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

para realizar essa mediação. Já com o formato em áudio, ela consegue acessar os materiais de maneira independente, favorecendo sua autonomia no processo de aprendizagem.

O aparelho celular tem sido o principal recurso tecnológico de estudo da acadêmica. Por meio de um curso de formação, ela aprendeu a manusear o dispositivo, que conta com o leitor de tela TalkBack e a Inteligência Artificial (IA) Amélia, capaz de realizar a leitura de imagens, fotos, memes e emojis. Nesse sentido, alguns professores do curso de Pedagogia, especialmente do 3º ano, têm utilizado tais ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento das atividades, recorrendo a aplicativos como o WhatsApp e o e-mail para o envio e recebimento de áudios.

No que se refere às atividades adaptadas, destaca-se a organização dos textos para a leitura da acadêmica. Neste início de semestre, estamos realizando as adaptações necessárias, convertendo os textos para o formato compatível com o software TalkBack. Para facilitar o envio e o acesso ao material, foi criado um grupo no WhatsApp (composto apenas pela acadêmica e pela professora do AEE) destinado exclusivamente ao compartilhamento dos textos, todos em formato PDF e identificados com o nome da disciplina, da docente responsável e o dia da semana em que ocorrerá a aula, pois dessa forma o TalkBack faz a leitura completa possibilitando uma maior organização.

No início do semestre letivo, a acadêmica demonstrou certa apreensão diante da nova forma de organização do Atendimento Educacional Especializado, pois não teria mais um professor de apoio em sala, mas sim um profissional para atendê-la em espaço específico e em horário determinado. Contudo, essa reorganização tem se mostrado efetiva, uma vez que a acadêmica tem relatado avanços significativos, como maior autonomia e perda do medo de permanecer sem um profissional ao lado durante as aulas. Apesar dos resultados já alcançados e considerados profícuos, ainda persistem barreiras a serem superadas, especialmente no que se refere ao envio de materiais pelos docentes em tempo hábil para que sejam realizadas as adaptações necessárias e as barreiras atitudinais que acontecem no dia a dia de maneira informal.

No que se refere ao trabalho com acadêmicos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destaca-se a diversidade de perfis, sendo que um deles também apresenta baixa visão. Nesse contexto, o acompanhamento realizado tem buscado não apenas atender às demandas relacionadas ao espectro autista, mas também considerar as especificidades visuais, garantindo acessibilidade integral. Entre as experiências, merece destaque o trabalho desenvolvido com os acadêmicos do curso de Turismo, no qual foram necessárias adaptações de materiais, organização de rotinas de estudo e mediações pedagógicas que favorecessem a participação efetiva e o desenvolvimento das habilidades acadêmicas.

No atendimento aos acadêmicos surdos, a professora Tradutora e Intérprete de Libras realiza a interpretação das aulas e em momentos específicos, desenvolve atividades de complementação e suplementação da aprendizagem no AEE. Como a primeira língua dos acadêmicos surdos é a

SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

Libras, o foco principal do atendimento tem sido o ensino e a mediação do conteúdo em língua portuguesa, promovendo ampliação de repertório e a aquisição dessa segunda língua de forma contextualizada. Além da organização do ensino de uma segunda língua, destaca-se também a especificidade cultural e linguística de um dos acadêmicos, pertencente à etnia Guarani-Kaiowá, o que amplia ainda mais os desafios pedagógicos e exige sensibilidade no desenvolvimento das práticas inclusivas, considerando tanto a singularidade linguística quanto a valorização da identidade cultural desse estudante.

Dentre as atribuições pedagógicas do AEE, ressalta-se também o trabalho colaborativo com professores e coordenação de curso, visando alinhar adequações de conteúdos, atividades e demais demandas relacionadas à inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial, e, principalmente, para a eliminação de barreiras atitudinais ou capacitistas que possam ocorrer em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) na UEMS tem demonstrado a relevância de práticas pedagógicas planejadas e individualizadas, capazes de atender às especificidades dos acadêmicos público-alvo da educação especial. A diversidade de perfis atendidos que inclui estudantes cegos, surdos, com baixa visão, TEA e TDAH evidencia que não existe um modelo único de inclusão, mas sim a necessidade de estratégias múltiplas que articulem recursos tecnológicos, adaptações pedagógicas e acompanhamento contínuo.

A experiência relatada mostra que o incentivo à autonomia e a valorização das conquistas individuais são elementos centrais para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes. O uso de tecnologias assistivas, a criação de materiais acessíveis e o fortalecimento da comunicação entre AEE, docentes e discentes têm se configurado como práticas eficazes para a superação de barreiras.

Todavia, ainda persistem desafios, especialmente relacionados ao envio antecipado de materiais e à necessidade de maior sensibilização dos professores quanto às demandas de acessibilidade. Dessa forma, o trabalho colaborativo e o compromisso institucional tornam-se indispensáveis para que a inclusão seja efetiva e não apenas normativa.

Conclui-se que o Atendimento Educacional Especializado na UEMS representa não apenas um espaço de apoio pedagógico, mas também de fortalecimento da inclusão, da equidade e da participação plena dos acadêmicos na vida universitária. A continuidade e o aprimoramento dessas ações são fundamentais para garantir que a universidade cumpra seu papel social de assegurar o direito à educação para todos, em condições de igualdade.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, a Pró-reitoria de ações Afirmativas, Equidade e Permanência Estudantil – PROAFE e a Divisão de Inclusão Educacional – DINE, pelo apoio, suporte e colaboração para o desenvolvimento das atividades descritas neste estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.